

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O NOVO NEGÓCIO

Exponor. 2014.Maio.08

“Um novo Portugal a Norte”

Senhor Presidente da Fundação AEP,

Senhor Administrador da Fundação AEP,

Caros empresários e empreendedores

Demais entidades presentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero começar por felicitar a Fundação AEP pela capacidade que hoje demonstrou em mobilizar os participantes desta conferência para o tema da liderança

e do empreendedorismo, comprovando que também é possível inovar e criar valor por via da sustentabilidade.

O tema é o mais pertinente e atual para Portugal e para a Região do Norte, não só por promover uma cultura do empreendedorismo, mas também por associar projetos empresariais e a criação de novos negócios ao conceito da sustentabilidade.

O desafio que a CCDR-N coloca aos agentes económicos locais e regionais passa por um maior esforço na intensificação tecnológica e na valorização de ativos e recursos intensivos em território, suscetíveis de produção de bens e serviços transacionáveis em mercado alargado.

Empreendedorismo e sustentabilidade são, assim, conceitos que se adaptam, claramente, à visão que temos para o Norte de Portugal e que associa crescimento

económico à criação de emprego, à promoção do capital humano e à utilização eficiente de recursos.

Estes são, também, pontos essenciais da estratégia de desenvolvimento regional que se refletem na proposta do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, instrumento de apoio que tencionamos operacionalizar tão breve quanto possível.

Este programa resulta de um processo que contou com a participação de um alargado conjunto de atores locais e regionais e tem o seu enfoque no reforço da competitividade da economia regional, consubstanciada na definição e consensualização de uma estratégia regional de especialização inteligente. Neste contexto, o princípio do desenvolvimento sustentável aparece, naturalmente, como um dos pilares do crescimento económico regional.

A um primeiro nível, as micro e pequenas empresas do Norte de Portugal aparecem como os principais destinatários deste programa que afetará mais de 35 por cento à competitividade empresarial.

Sabemos já que parte destas verbas se destinam à promoção do espírito empresarial, facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas.

O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas para o desenvolvimento de produtos e serviços de empresas já instaladas é outra das oportunidades de financiamento que existirão, assim como o apoio à aplicação de planos de internacionalização.

Num segundo nível, o setor privado deverá estar igualmente atento aos apoios concedidos a instituições

públicas no âmbito do programa comunitário pelas oportunidades de negócio implícitas. E no âmbito do desenvolvimento sustentável já é possível prever a realização de diferentes ações.

Desde logo porque foi identificado como objetivo transitar para uma economia de baixo carbono. Na calha está, não só a promoção da eficiência energética e utilização das energias renováveis nas empresas, mas também a concessão de apoios à utilização destas energias em infraestruturas públicas, nomeadamente em edifícios públicos e no setor da habitação.

Está, igualmente, prevista a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação.

Noutro domínio, o da qualificação ambiental, prevê-se o apoio a outro conjunto de ações que também preconizam a promoção do desenvolvimento sustentável regional.

Assim, deverão ser cofinanciadas iniciativas de proteção e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas enquanto fatores decisivos para a inovação e a competitividade de sistemas produtivos de baixa intensidade.

Trata-se de recursos com impactos positivos nas economias locais e na melhoria das condições de adaptação, assim como na mitigação das alterações climáticas. A Rede Natura 2000 e o sistema de áreas classificadas são territórios relevantes para a promoção de investimentos que animem estes sistemas produtivos.

Serão, ainda, apoiadas medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

Nesta definição de prioridades e alocação de fundos comunitários, sabemos também que, para os domínios da qualidade ambiental e da economia de baixo teor de carbono, a dotação financeira correspondente é de 507 milhões de euros de FEDER, o equivalente a 18,5% do total do FEDER da Região do Norte.

Mas a temática do desenvolvimento sustentável não se esgota nestas linhas de força. Na análise dos projetos respeitantes a outros domínios, nomeadamente o da

competitividade e da inclusão social, serão necessariamente utilizados critérios que valorizem os efeitos positivos no ambiente e penalizem as pressões nos sistemas ambientais que provoquem alterações irreversíveis ou insustentáveis.

Ao nível da análise de projetos candidatos a cofinanciamento, pretende-se garantir o cumprimento do princípio poluidor-pagador, auxiliando os promotores a encontrar formas de assegurar o seu cumprimento. E prevê-se, também, a majoração de apoios concedidos a candidaturas que promovam uma utilização eficiente dos recursos e favoreçam a transição para uma economia de baixo carbono.

Poderão, ainda, existir diferentes detalhes que estão a ser negociados com a Comissão Europeia no que respeita quer ao Acordo de Parceria, quer ao Programa

Operacional Regional. Agora, o quadro orçamental está definido. As prioridades de intervenção também.

Estão reunidas, assim, as condições para que os diferentes atores territoriais e sectoriais comecem a delinear as suas estratégias e os seus projetos. É dessas estratégias e desses projetos que necessitaremos a breve trecho, mal se conclua o processo formal de negociação e se aprovem os documentos de programação.

Não basta dispor de uma estratégia regional consistentemente delineada. Não basta dispor de um Programa Operacional Regional suficientemente robusto do ponto de vista financeiro. É necessário que os atores relevantes estejam dispostos a efetuar os investimentos necessários à retoma de uma trajetória sustentável de crescimento da economia e do emprego.

E é neste contexto que dirijo a minha palavra a todos os empreendedores e a todos os empresários que aqui se encontram. A CCDR-N confia na participação de todos os intervenientes para a retoma tão desejada da economia nacional, com o forte contributo direto da economia regional do Norte.

Finalizo com a aspiração de, em 2020, concretizarmos o repto de “Um novo Portugal a Norte”, o tema que a Fundação AEP escolheu e bem para a minha intervenção de hoje. A verdade é que a Região do Norte não quer ser tão dependente dos fundos estruturais disponibilizados pela Comissão Europeia, afetos na sua grande maioria a regiões de convergência.

O que verdadeiramente se pretende, e a CCDR-N não duvida que será possível, é fazer do Norte uma região mais competitiva, capaz de acompanhar o crescimento das demais regiões europeias. Já lançamos mãos ao

trabalho. Estamos muito empenhados neste desígnio de nos aproximarmos das médias europeias.

Obrigado.